

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 578 - Brasília, segunda-feira, 3 de novembro de 1997

Senado apreciou 71 matérias em outubro

O plenário do Senado (foto) apreciou 71 matérias, entre elas a reforma da Previdência e o fim do IPC, nas 23 sessões plenárias realizadas em outubro.

No âmbito das comissões, a atividade dos senadores também tem sido grande, registrando-se a aprovação de 74 pareceres somente no mês passado. Desde o início deste ano, a Casa já apreciou 353 proposições. **Página 4**



Prorrogação do FEF será votada na quarta-feira

Ainda na pauta desta semana, matéria trabalhista, norma sobre uso de cadáveres em pesquisas científicas e proteção ao consumidor

A proposta de emenda constitucional que prorroga o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) deverá ser votada na quarta-feira. Caso seja aprovado, o FEF terá vigência até o final de 1999.

Amanhã, os senadores apreciam três substitutivos: o do senador Ney Suassuna ao projeto de lei do ex-senador Nelson Carneiro disciplinando as relações jurídicas do pessoal das atividades portuárias; o do senador Carlos Patrocínio a projeto de lei da

Câmara dispendo sobre o uso de cadáver não reclamado para fins de estudo ou pesquisas científicas; e o do senador Ronaldo Cunha Lima a projeto de lei da Câmara determinando afixar, no estabelecimento comercial, o endereço e telefone do Procon.

O Senado dedicará a primeira parte da sessão de quarta-feira à comemoração do Dia Nacional da Cultura e do Dia do Cinema Brasileiro.

Página 2

Benedita faz a defesa de projeto sobre assédio sexual

Para senadora, Brasil deve seguir o exemplo de outros países que tipificam o assédio como crime. **Página 3**

Jucá pede tratamento igual para os estados

Senador Romero Jucá faz um apelo às autoridades da saúde: devem tratar igualmente os estados na distribuição de verbas. Segundo ele, o governo federal tem privilegiado as unidades federativas mais ricas em detrimento das mais pobres. **Página 3**



Rocha quer ouvir a sociedade

CAS debate lei para os planos de saúde

Visando aperfeiçoar o projeto que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, a Comissão de Assuntos Sociais promove audiência pública amanhã e quarta-feira. O pedido foi feito por Sebastião Rocha. **Página 3**

Fundo de estabilização em pauta na quarta-feira

O plenário do Senado vota, na quarta-feira, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional que prorroga o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) até o final de 1999. A matéria tem parecer favorável do senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

O FEF é constituído, dentre outros recursos, por 20% do produto da receita de todos os impostos e contribuições da União, exceto as seguintes deduções: Imposto de Renda (5,6%), do PIS (0,75%) e Contribuição sobre o Lucro Líquido (30%).

Caso seja aprovada a prorrogação do fundo, os esta-

dos irão contribuir com R\$ 512,6 milhões no segundo semestre deste ano, R\$ 1 bilhão no ano que vem e R\$ 1,2 bilhão em 1999. Já os municípios deixarão de arrecadar R\$ 271,8 milhões no segundo semestre deste ano, R\$ 461 milhões em 1998 e R\$ 262,6 em 1999.

Na sessão de amanhã, os senadores apreciam três substitutos: o do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ao projeto de lei do então senador Nelson Carneiro disciplinando as relações jurídicas do pessoal das atividades portuárias; do senador Carlos Patrocínio



Calheiros deu parecer favorável à emenda

(PFL-TO) ao projeto de lei da Câmara dispendo sobre o uso de cadáver não reclamado para fins de estudo ou pesquisas científicas; e do sena-

dor Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) a projeto de lei da Câmara determinando a afixação, no estabelecimento comercial, do endereço e telefone do Procon.

Na quinta-feira, o plenário discute projeto de lei, do senador Gilberto Miranda (PFL-AM), dispendo sobre a conciliação, mediação e arbitragem nos dissídios individuais de natureza trabalhista e projeto de lei, do senador Júlio Campos (PFL-MT), regulamentando o uso da Língua Portuguesa para denominação de empresas, lojas e dos seus produtos.

No mesmo dia, os senadores apreciam três projetos de lei da Câmara: que torna obrigatória a impressão, nas bulas dos medicamentos que especifica, de advertência aos fumantes sobre os riscos do tabagismo; que revoga o artigo do Código de Processo Penal que estabelece que a mulher casada não pode exercer o direito de queixa sem o consentimento do marido; e o que proíbe a concessão de liminares em litígios coletivos pela posse da terra.

Durante a semana, o plenário vota ainda autorizações de empréstimo e vários acordos internacionais.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (04.11.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "Projeto de Resolução nº 110/97, denega autorização ao município de Goi-Érê para contratar operação de crédito junto ao Banco do Paraná S.A., no valor de um milhão, quatrocentos e sessenta mil e duzentos reais, cujos recursos senam destinados a obras de infraestrutura urbana, bem como à aquisição de terrenos que senam doados à Companhia de Habitação do Paraná; "Projeto de Resolução nº 137/97, autoriza o estado da Bahia a conceder garantias às operações de crédito a serem contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana junto às instituições de crédito oficiais; "Requerimento nº 856/97, do senador Wilson Kleinübing, que solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Resolução 50/96, que altera a Resolução nº 69/95, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; "Requerimento nº 857/97, do senador Wilson Kleinübing, que solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Resolução nº 80/96, que altera a Resolução nº 69/95, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; "Requerimento nº 858/97, do senador Wilson Kleinübing, que solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Resolução nº 115/96, que altera a Resolução nº 69/95, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; "PDL nº 72/97, aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República Italiana; "PDL nº 73/97, aprova o texto do Acordo sobre a Concessão de Vistos para Viagens de Negócios, Investimentos e de Cobertura Jornalística, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da Coreia; "PDL nº 75/97, aprova o texto do Acordo Constitutivo da Associação dos Países Produtores de Estanto; "PDL nº 76/97, aprova o texto da Convenção sobre a Marcação de Explosivos Plásticos para Fins de Detecção; "PDL nº 87/97, aprova o texto do Acordo entre o Governo do Brasil e o Governo do Reino dos Países Baixos relativo ao exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático consular, administrativo e técnico; "PDL

nº 88/97, aprova o texto do Acordo de Cooperação para o Combate ao Narcotráfico e à Farmacodependência, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos; e "PDL nº 89/97, aprova o texto do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais

Quarta-feira (5.11.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Votação em primeiro turno da "PEC nº 25/97, que trata da prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal - FEF

Quinta-feira (6.11.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: discussão em turno único do "PLC nº 21/96, torna obrigatória a impressão, nas bulas dos medicamentos que especifica, de advertência aos fumantes sobre os riscos do tabagismo em relação a determinadas patologias; "PLC nº 39/96 (tramitando em conjunto com o PLS nº 44/96), acrescenta parágrafos ao art. 928 da Lei nº 5.869/73 - Código de Processo Civil; "PLS nº 44/96 (tramitando em conjunto com o PLC nº 39/96), altera os arts. 926 e 928 do Código de Processo Civil; "PLC nº 10/97, revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689/41 - Código de Processo Penal, referentes ao exercício do direito de queixa pela mulher; "PLS nº 313/95, regulamentação o uso da língua vernácula, para denominações de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços e dos seus produtos e dos respectivos manuais de instruções, guias de informações, mapas, cartas, folhetos, letreiros, painéis e toda e qualquer modalidade de informações destinada ao consumidor brasileiro; e "PLS nº 246/96, dispõe sobre a conciliação, mediação e arbitragem nos dissídios individuais de natureza trabalhista

Sexta-feira (7.11.97)

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

COMISSÕES

Terça-feira (04.11.97)

17h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública para instrução do substitutivo da Câmara ao PLS nº 93/93, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (5.11.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 06/96, altera a redação do caput e do parágrafo 1º do artigo 14 da Constituição federal, tornando facultativo o voo; "PEC nº 52/95, suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; e "PEC nº 58/95, fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Senadores comemoram Dia Nacional da Cultura

O plenário do Senado dedicará a primeira parte da sessão de quarta-feira à comemoração do Dia Nacional da Cultura e do Dia do Cinema Brasileiro. Estão inscritos para falar a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Ramez Tebet (PMDB-MS).

Ainda em comemoração ao Dia da Cultura, a Biblioteca do Senado promove, também na quarta-feira, o lançamento do livro *100 Anos da Política Brasileira* e uma exposição fotográfica sobre episódios marcantes da história do país neste século.

O livro, de José Bacchiari Duar-

te, fala principalmente das lide-ranças rio-grandenses, e a exposição, com 140 fotos, conta a história política do Brasil.

O lançamento do livro será às 18h, e contará com uma palestra do senador Pedro Simon (PMDB-RS). A mostra é organizada pelo Centro de Pesquisa da História Política e pela Diretoria de Atividades Culturais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

O Dia Nacional da Cultura foi instituído em 1970, mediante lei de iniciativa do então senador acreano Jorge Kalume, numa homenagem à data de nascimento de Rui Barbosa.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Todos os números referentes aos gastos revelam a distribuição desigual, favorecendo Sul e Sudeste, segundo o senador

Jucá reclama igualdade nos recursos da Saúde

O senador Romero Jucá (PFL-RR) pediu às autoridades da área de saúde tratamento igual na distribuição de verba do setor para os estados. Segundo o senador, o governo federal vem privilegiando os estados mais ricos da Federação em detrimento dos mais pobres no repasse desses recursos.

Romero Jucá citou levantamento feito pela Coordenação Geral de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Saúde, o qual mostra que no ano passado o gasto *per capita* do SUS foi de R\$ 63,00 para o Paraná e R\$ 60,00 para São Paulo, contra R\$ 25,00 para Roraima e R\$ 26,00 para o Amapá.

- Os seis estados que tiveram menores gastos *per capita* do SUS, em 1996, são todos da região Norte, seguidos de perto pelas unidades da região Nordeste.



Jucá: discriminação contra pobres

te. A região Norte é também a mais prejudicada em outros indicadores, como o número de médicos por 10 mil habitantes: apenas 6,16 desses profissionais, contra 7,84 no Nordeste, 12,29 no Centro-Oeste, 12,42 no Sul e 18,75 no Sudeste - acrescentou.

Para Jucá, a medicina do país

passa por uma grave crise "que mostra sua face mais negra em tragédias como as mortes por contaminação em Caruaru e na Clínica Santa Geneveva, ou ainda as mortes de 38 bebês, ocorridas há um ano, na principal maternidade de Boa Vista". De acordo com Jucá, não basta aumentar os recursos no setor, mas é preciso vontade política para buscar a solução desse problema.

Ele lembrou ainda a passagem do Dia do Médico, comemorado no último dia 25 de outubro. "O médico tem o extraordinário condão de mitigar as dores e de fazer-se o instrumento divino da cura. Por isso, não tem descanso: nas horas mais impróprias, do dia ou da noite, pode ser chamado a trabalhar, muitas vezes em condições inóspitas, para salvar uma vida ou aliviar o sofrimento do próximo", concluiu.

CAS abre debate sobre planos de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), realiza amanhã e depois, às 17h - e também no dia 11 -, audiências públicas para instrução do substitutivo da Câmara ao

PLS nº 93/93, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. As audiências atendem a requerimento do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), relator da matéria.

Deverão participar dos debates

representantes dos ministérios da Saúde e da Fazenda, dos conselhos Federal de Medicina e Nacional de Saúde, da Unimed e da Associação Brasileira das Empresas de Medicina de Grupo e Associação dos Usuários, entre outros órgãos.

Benedita explica que assédio sexual é questão de poder

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) esclareceu que o propósito das emendas de sua autoria ao substitutivo do senador José Bianco (PFL-RO) é evitar a rejeição, em plenário, do projeto de lei apresentado por ela que propõe a tipificação do assédio sexual como crime. No seu entender, não há o que discutir em relação à necessidade de "criminalização" dessa prática, mas sim sobre a objetividade do conceito de assédio sexual, que pode dificultar a aplicação da lei.

- Não é um beijo ou uma carícia consentida, uma cantada ou paquera correspondida que vai se constituir em assédio. É preciso deixar isso bem claro, pois

essa não é a intenção da proposição. Pretendemos que a lei seja um instrumento de defesa das mulheres contra o assédio, que é uma questão de poder; de utilizar o poder para obter vantagens sexuais - explicou.

Benedita lembrou que o assédio sexual já é considerado prática criminosa em vários países, como por exemplo a França e os Estados Unidos, e mesmo em alguns estados e municípios brasileiros já existem normas legais nesse sentido, sem que tenham, entretanto, o respaldo da legislação federal.

De acordo com a senadora, por não existir artigo específico sobre o assunto na lei penal brasileira, a



Benedita: em defesa da mulher

mulher assediada tem recorrido a outros dispositivos, como os que tratam de constrangimento ilegal, abuso de autoridade, atentado violento ao pudor, entre outros. "É necessário, a partir de agora, construirmos, na sociedade, esse novo conceito de assédio sexual e passarmos a conviver com este novo verbo: assediar".

Orixás de Antônio em exposição nas vitrines

A essência do candomblé, sob o tema Bahia de Todos os Santos, é a exposição itinerante que permanece aberta à visitação pública até amanhã na Vitrine dos Estados, no espaço situado entre o Anexo II e o edifício principal do Senado. Promovida pelo governo da Bahia, a mostra deverá percorrer diversos países da Europa, mostrando esculturas em prata nas quais Antônio dos Orixás retrata, do ponto de vista da origem nagô, entidades do candomblé.

Conforme explica um dos painéis da exposição, o candomblé, cuja doutrina e liturgia armazenam e explicitam o conhecimento, a filosofia e a ética negro-africana, é o fator principal na preservação das raízes culturais afro-brasileiras, mantendo vivas suas tradições. O objetivo da mostra é reafirmar os valores desta herança, suas origens, simbolismo e significado na cultura nacional.

Senado marca presença na feira de livros em Belém

O Senado vai participar de mais uma feira de livros a partir da próxima sexta-feira: a *Feira Pan-Amazônica do Livro*, que será realizada em Belém do Pará. O estande da Casa exibirá, além dos lançamentos recentes da editora do Senado, vídeos institucionais e painéis com cópias de obras raras sobre a flora da Amazônia.

São cinco as obras da editora que estarão no estande, à disposição dos visitantes: três volumes com os dados biográficos dos senadores dos seis estados da região (distribuição gratuita); o livro *Relatório da CPI dos Precatórios* (RS15,00); e a publicação *Investimento Direto Estrangeiro na Argentina e no Brasil* (R\$ 3,00). Outro lançamento na feira será a fita de vídeo *Estratégia de Obtenção de Recursos Federais* (RS12,00), um registro da primeira teleconferência promovida pelo Senado.

A *Feira Pan-Amazônica do Livro* será instalada no Centro Turístico e Cultural Tancredo Neves (Centur) e funcionará de 7 a 16 de novembro.



Alcântara: a história do livro

Alcântara pretende incentivo à leitura

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao destacar a passagem do Dia Nacional do Livro, comemorado em 29 de outubro, disse que é preciso formar o hábito da leitura no Brasil, dotando bairros e escolas de bibliotecas públicas. "pois esse é o pressuposto do progresso social do país".

- Antes restritos aos mosteiros, os livros chegaram às elites e depois às massas. Hoje, acenam nas bancas de jornais. Mas ainda há excluídos. Quando formos todos leitores, seremos plenamente uma civilização - assinalou.

Para o senador, o livro mudou de feição através do tempo, mas é negável que ele exerceu e ainda exerce um papel primordial na transmissão do conhecimento, dos produtos da sabedoria e da criatividade. "O livro é um instrumento civilizatório por excelência. É assim desde os primeiros registros da escrita até hoje", acrescentou.

Na opinião de Lúcio Alcântara, o livro foi o veículo que aprofundou as mudanças sociais, difundindo ciências, literatura, religião e história. Embora nesse século, segundo o senador, tenha explodido a produção cultural, acadêmica e científica, também outros meios de transmissão de informação e conhecimento vieram competir com o livro. No entanto, observou, "o livro contém a informação duradoura, é generoso, variado, seus temas são mais aprofundados e sua mensagem é permanente".

Reforma da Previdência, fim do IPC e gratuidade na emissão de certidões de nascimento pelos cartórios estão entre as decisões do mês. As comissões da Casa aprovaram 74 pareceres e realizaram cinco debates e audiências públicas

Outubro termina com 71 matérias votadas

Nas vinte e três sessões plenárias realizadas em outubro, o Senado examinou 71 matérias - entre elas, a reforma da Previdência e o fim do IPC -, que fazem parte de um total de 353 proposições apreciadas desde o início dos trabalhos legislativos deste ano, em fevereiro. No âmbito das comissões, a atividade dos senadores também tem sido grande, registrando-se a aprovação de 74 pareceres, somente no mês passado.

A agenda prevista para novembro inclui a votação da prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), da regulamentação dos planos de saúde e do fim do segundo turno nas eleições para governador e prefeito, entre outras propostas de grande interesse.

Algumas deliberações adotadas pelo plenário em outubro terão repercussões para a maioria da população, como a aprovação de projeto estabelecendo a gratuidade da primeira cópia das certidões de nascimento e óbito, e também da segunda via, quando for comprovada a pobreza do requerente. Na mesma linha estão o projeto que facilita a transferência de imóvel financiado pelo Sistema Financeiro de Habitação e o que autoriza os aposentados que voltarem a trabalhar a sacar o saldo do FGTS, caso deixem o novo emprego.

O plenário aprovou, ainda no mês passado, as indicações dos cinco integrantes da primeira diretoria da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o projeto estabelecendo normas para utilização do direito de resposta no caso de noticiário de imprensa ofensivo e o que regulamenta o direito de acesso à informação e disciplina o rito processual do *habeas data* (direito de o cidadão ter acesso aos dados a seu próprio respeito armazenados por órgãos do governo).

Nas comissões, em outubro, além dos 74 pareceres aprovados, foram concedidos 18 pedidos de vistas e realizados cinco debates e audiências públicas. Dois projetos foram objeto de aprovação definitiva pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



A Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprovou proposta que permite a dedução no IR dos gastos com empregados domésticos

(CCJ): um estabelece a indenização em caso de roubo de carro em estacionamento, pela empresa que oferece o serviço, e o outro torna obrigatória a inclusão de foto no título de eleitor.

A CCJ também aprovou projeto acabando com a participação do juiz classista nos Tribunais Regionais do Trabalho e no Tribunal Superior do Trabalho. Essa proposta ainda será submetida ao plenário, assim como o projeto que descaracteriza como contravenção penal o exercício de atividades de predição do futuro e similares e a proposta de criação do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

Já a Comissão de Educação aprovou projeto de lei sobre a proteção à propriedade intelectual de programas de computador, ressalvados os destaques,

enquanto a Comissão de Assuntos Sociais votou parecer favorável a proposta permitindo a dedução, do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas, das importâncias pagas a trabalhadores domésticos. A Comissão de Infra-Estrutura aprovou projeto dispoendo sobre a segurança do tráfego aquaviário.

Ainda em outubro, a Comissão Especial do *El Niño* apresentou seu relatório final, contendo propostas e sugestões às autoridades responsáveis, visando evitar ou minimizar os danos que podem ser causados por aquele fenômeno climático. A Comissão de Assuntos Econômicos realizou debate sobre o projeto do governo que cria o Sistema Financeiro Imobiliário, representando ingresso de US\$ 500 milhões para a construção civil.

MATÉRIAS APRECIADAS PELO PLENÁRIO DO SENADO

De 1º a 31 de outubro:

Projetos aprovados e enviados à sanção	2
Projetos aprovados e enviados à promulgação	29
Projetos aprovados e enviados à Câmara	26
Proposições relativas a escolha de autoridades	6
Total de matérias aprovadas	63
Matérias arquivadas	8
Total de matérias apreciadas	71

De 17 de fevereiro a 31 de outubro:

Projetos aprovados e enviados à sanção	22
Projetos aprovados e enviados à promulgação	121
Projetos aprovados e enviados à Câmara	95
Proposições relativas a escolha de autoridades e diplomatas	32
Total de matérias aprovadas	270
Matérias arquivadas	83
Total de matérias apreciadas	353

Câmara votará controle sobre dirigentes da CVM

Aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), na forma de substitutivo, foi enviado à Câmara dos Deputados projeto de iniciativa do senador Pedro Simon (PMDB-RS) estabelecendo que o presidente e os quatro diretores da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) não poderão, nos seis meses posteriores ao exercício dos cargos, ter vínculo empregatício ou colaborar na

gestão ou administração de empresa integrante do sistema financeiro privado ou que opere nos ramos de previdência ou seguro. A vedação estende-se a empresas coligadas ou controladas.

Além dessa quarentena, os nomes do presidente e dos diretores da CVM deverão ser submetidos à aprovação prévia do Senado, por voto secreto, ampliando assim a relação de autoridades cujas indicações devem ser submetidas à

Casa pelo presidente da República.

No exercício de sua competência privativa, cabe ao Senado deliberar previamente sobre a escolha dos ministros dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União, do procurador-geral da República, dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, do presidente e diretores do Banco Central e titulares dos cargos que a lei deter-



Simon é o autor do projeto